

**CPRT**

COMISSÃO DE POLÍTICA  
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

# **RADAR** TRABALHISTA

**Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC**

Ano 6 – Número 0324 – 09/10 à 14/10/2023

# SUMÁRIO

---

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
  - Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
  - e-Social
  - Outras Notícias
  - Atos Normativos
- Dados Estatísticos do TST

---

## Destaque da Semana

### Relação entre capital e trabalho ganha nova configuração

Consultor Jurídico - 10/10/2023

A regulação das relações trabalhistas no Brasil está condensada na famigerada CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o Decreto 5.452 de 1º de maio de 1943, baixado em pleno Estado Novo de Getúlio Vargas. Foi a CLT que garantiu legalmente direitos trabalhistas básicos como descanso semanal remunerado, jornada de trabalho de 8 horas, férias de 30 dias e décimo terceiro salário.

Instituiu também a organização e a contribuição sindical. Inicialmente, estipulava a estabilidade no emprego após 10 anos de serviço na mesma empresa, garantia que foi substituída anos mais tarde pelo FGTS. A contribuição à previdência, com vistas à aposentadoria, também foi um direito agregado ao portfólio trabalhista.

O estudo mais recente do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e do Movimento Brasil Competitivo aponta que o chamado Custo Brasil, o índice que expressa a dificuldade de fazer negócios no país, foi de R\$ 1,7 trilhão em 2021. Deste total, entre R\$ 310 bilhões e R\$ 360 bilhões se referem ao custo do capital humano para as empresas, o que compreende a sobrecarga resultante da capacitação insuficiente da força de trabalho, os encargos trabalhistas que oneram a folha de pagamentos de pessoal e a judicialização das relações de emprego.

## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [Supremo discutirá contribuição previdenciária de empregada sobre salário-maternidade](#)

Supremo Tribunal Federal - 13/10/2023

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai discutir a constitucionalidade da incidência de contribuição previdenciária a cargo da empregada sobre o salário-maternidade pago pela Previdência Social. A matéria, tratada no Recurso Extraordinário (RE) 1455643, teve repercussão geral reconhecida por unanimidade pela Corte (Tema 1.274).

### [STF lança serviço com resumo dos julgamentos do Plenário](#)

Supremo Tribunal Federal - 10/10/2023

O portal do Supremo Tribunal Federal (STF) apresenta aos usuários um novo serviço, inaugurado na semana passada a partir da primeira sessão jurisdicional presidida pelo ministro Luís Roberto Barroso. Trata-se do “Informação à Sociedade”, que traz um resumo didático dos julgamentos presenciais ou virtuais realizados no Plenário da Corte.

### [Farmacêutica é condenada por assédio a dirigente sindical](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/10/2023

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a condenação da Libbs Farmacêutica Ltda. ao pagamento de indenização a um propagandista de João Pessoa (PB) que passou a sofrer assédio após se tornar dirigente sindical. O recurso da empresa foi acolhido apenas quanto ao valor da reparação, reduzido de R\$ 200 mil para R\$100 mil.

## [Justiça do Trabalho firma parcerias com AGU e USP sobre acidentes de trabalho e doenças ocupacionais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/10/2023

A Justiça do Trabalho firmou, nesta terça-feira (10), duas parcerias que têm por objeto a segurança do trabalho. A primeira é um Acordo de Cooperação Técnica entre o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e a Advocacia-Geral da União (AGU) para estabelecer um fluxo de informações estratégicas relativas a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. A segunda é um convênio firmado pelo Tribunal Superior do Trabalho, por meio do Programa Trabalho Seguro, com a Universidade de São Paulo (USP), voltado à implementação de projeto-piloto de pesquisa e de desenvolvimento legislativo.

## [Homologação de acordo é rejeitada por falta de representantes distintos para cada parte](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/10/2023

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame de recurso contra decisão que havia negado a homologação de um acordo extrajudicial entre a Transimão Transportes Rodoviários Ltda., de Contagem (MG), e um garageiro, por entender que ele não teve assistência advocatícia. Embora tivesse assinado instrumento de mandato para uma advogada, na audiência ele a identificou como “advogada da empresa”, levando à conclusão de que ela não o representava.

## Notícias do Executivo

### [Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no DF lança campanha de conscientização sobre trabalho infantil nas escolas](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 10/10/2023

Em alusão ao Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas a SRTE/DF lançou nesta terça-feira (10) o Projeto Superintendência Regional do Trabalho do DF nas Escolas, uma campanha de conscientização sobre trabalho infantil em escolas públicas do Recanto da Emas e Sol Nascente que será desenvolvido até o final do mês.

### [Audiência Pública na Câmara discute inclusão de PcDs no Mercado de Trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 09/10/2023

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), participou no dia 03 de outubro de Audiência Pública na Comissão de Defesa de Direitos das Pessoas com Deficiência na Câmara dos Deputados para debater a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Estudo de mercado de trabalho do Dieese, apresentado pelo MTE na audiência, demonstra crescimento de 60,7% na inclusão de PcDs no período 2011 a 2021.

### [Conselho reduz novamente teto de juros do consignado para 1,84%](#)

Ministério da Previdência Social - 11/10/2023

Em reunião extraordinária, nesta quarta-feira (11), o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) aprovou mais uma redução dos tetos de juros dos consignados para beneficiários do INSS. O limite para o empréstimo com desconto em folha caiu de 1,91% para 1,84%. Já para as operações na modalidade de cartão de crédito e cartão consignado de benefício, o índice máximo caiu de 2,83% para 2,73%. As mudanças

acompanharam a redução da taxa Selic pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC). O único voto contrário às reduções foi do representante do setor financeiro.

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

### [Acre apresenta Plano de Ação sobre Empregabilidade LGBTQIA+ em audiência pública](#)

Ministério Público do Trabalho - 11/10/2023

Em Audiência Pública promovida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), em parceria com o Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), na sexta-feira, dia 6 deste mês de outubro de 2023, no auditório do Ministério Público Federal no Acre, e transmitida pelo canal TVMPT ROAC no Youtube, o Governo do Estado do Acre, anunciou que implementará ações para voltadas a garantir empregabilidade às pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBTQIAPN+ do Acre.

### [MPT-SP cria núcleo para mediação de conflitos trabalhistas](#)

Ministério Público do Trabalho - 10/10/2023

O Ministério Público do Trabalho em São Paulo criou o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA), que atua na mediação e negociação de conflitos coletivos entre entidades, empresas e órgãos públicos, por meio de acordo entre as partes sem necessidade de judicialização. O objetivo é proporcionar soluções mais rápidas para sindicatos (trabalhadores) e empresas (empregadores), e menos custosas para o contribuinte, pois colaboram para desonerar a estrutura do Judiciário.

### [MPT-PE realiza capacitação sobre o combate ao trabalho infantil para profissionais defensores da cidadania](#)

Ministério Público do Trabalho - 09/10/2023

A procuradora do Trabalho e coordenadora regional de Erradicação do Trabalho Infantil e Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Coordinfância), Jailda Pinto, realizou, na última terça-feira (3), aula para profissionais defensores da cidadania. A capacitação faz parte das ações desenvolvidas pelo Sindicato dos Advogados e Advogadas de Pernambuco (Sindaper), em parceria com o Instituto Maria da Penha (IMP), e visa capacitar sobre os aspectos práticos da Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340) e tudo que envolve a mulher que sofre violência.

### [MPT defende adoção de políticas públicas para erradicação do trabalho escravo](#)

Ministério Público do Trabalho - 09/10/2023

O problema da elevação do número de vítimas de trabalho escravo contemporâneo foi destacado pelo procurador do Trabalho Thiago Gurjão Alves Ribeiro durante participação, na sexta-feira (6.10), de debate público na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Ele representou o Ministério Público do Trabalho (MPT) na audiência e enfatizou a necessidade de adoção de medidas efetivas para o Brasil cumprir o compromisso internacional de erradicação dessa prática e do tráfico de pessoas até o ano de 2030.



## **Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho**

### [Trabalho infantil: Fiscalizações resgatam 1.705 em 2023](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 12/10/2023

Depois de disparar com a crise econômica desencadeada pela pandemia, e atingir cerca de 1,7 milhão de crianças e adolescentes, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o trabalho infantil voltou a ser objeto de políticas públicas específicas do governo federal. Mesmo com um quadro reduzido de Auditores-Fiscais do Trabalho, a fiscalização nesta área também vem se intensificando. De janeiro deste ano até fim de agosto, Auditores-Fiscais realizaram 990 operações, que alcançaram e afastaram 1.705 crianças e adolescentes do trabalho indevido nas mais variadas atividades.

### [Marinho diz que Auditores-Fiscais do Trabalho são as autoridades competentes para reconhecer trabalho escravo](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 09/10/2023

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou na quarta-feira, 4 de outubro, da audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeiras e Controle, na Câmara dos Deputados, para falar sobre as políticas públicas do Ministério, como o trabalho análogo à escravidão e imposto sindical. Na ocasião, o ministro esclareceu que os Auditores-Fiscais do Trabalho são a autoridade competente para reconhecer a existência de trabalho escravo, não cabendo à Polícia Federal essa função. Que o papel das polícias Federal e Rodoviária Federal, no Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), é o de respaldar a operação. As polícias Militar e Civil não integram o GEFM, mas podem ser chamadas para respaldar fiscalizações de combate ao trabalho escravo feitas pelas unidades descentralizadas do MTE, superintendências e gerências regionais

## Outras Notícias

### [TST confirma sindicato próprio como representante de engenheiros de Sergipe](#)

Consultor Jurídico - 15/10/2023

Considerando que os profissionais exercem função diferenciada por força de estatuto próprio, a 3ª Turma do Tribunal Superior Trabalho julgou improcedente a pretensão de uma construtora de Sergipe de não seguir as normas coletivas de sindicato que representa engenheiros no estado. A empresa queria que uma segunda entidade, que representa trabalhadores da construção civil, fosse reconhecida como a real representante de seus empregados. Para o colegiado, os engenheiros têm estatuto profissional próprio e, por isso, integram categoria diferenciada.

### [Ingresso de ação trabalhista não enseja dano a imagem de empresa, diz TST](#)

Consultor Jurídico - 14/10/2023

O ingresso de ação judicial trabalhista não enseja ofensa à honra e à imagem da empresa que possibilite reparação civil. Nesse raciocínio, a 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o pedido de uma agência de comunicação que pedia indenização por dano à sua imagem que supostamente teria sido provocado quando uma jornalista ingressou com um processo contra a marca.

### [Condenação não se limita a valores indicados na reclamação trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 13/10/2023

Valores indicados em petição inicial são apenas estimativas, não estabelecendo a quantia exata do crédito devido. Dessa forma, a 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um banco contra decisão que o condenou a pagar a

uma ex-empregada valores acima dos atribuídos por ela na reclamação trabalhista.

### [Falta reiterada de pagamento gera rescisão indireta, diz TRT-2](#)

Consultor Jurídico - 13/10/2023

A 14ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região confirmou a rescisão indireta no contrato de trabalho entre um posto de gasolina e um frentista. A ação foi motivada pelos atrasos reiterados de pagamento de salários, vale transporte e vale refeição, além de não pagamento de horas extras habituais.

### [Faltas injustificadas geram redução proporcional de férias e 13º salário](#)

Consultor Jurídico - 12/10/2023

A 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) determinou o pagamento das parcelas de férias e 13º salário de um trabalhador proporcional às 27 faltas injustificadas ocorridas no período aquisitivo do contrato de trabalho. A decisão da desembargadora Iara Rios reformou a sentença do juízo da 9ª Vara do Trabalho de Goiânia ao dar provimento ao recurso da empresa.

### [A condenação da Uber e a nova face da subordinação no Direito do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 12/10/2023

A recente condenação da Uber, em ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), trouxe à tona questões cruciais sobre a natureza da relação de trabalho nesta era de gig economy. O cerne da controvérsia reside nos cinco elementos fático-jurídicos que definem a relação de emprego no Brasil, tendo em vista que a ausência de qualquer um desses elementos exclui a configuração do vínculo empregatício.

### [Demissão discriminatória gera dever de indenizar por danos morais, decide TRT-17](#)

Consultor Jurídico - 11/10/2023

O artigo 461 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece que, em caso de discriminação por motivo de sexo, raça, etnia, origem ou idade, o pagamento das diferenças salariais devidas ao empregado discriminado não afasta o direito a indenização por danos morais.

## [Os 8 gaps da Lei de Igualdade Salarial entre mulheres e homens](#)

Consultor Jurídico - 10/10/2023

A busca da igualdade entre mulheres e homens não é novidade no ordenamento jurídico brasileiro, estando, atualmente, consagrada como direito constitucional previsto no inciso I do artigo 5º da CF/1988. Além da isonomia entre ambos, a CLT já traz em seu corpo, desde sua redação original de 1943, o conceito de equiparação salarial, o qual foi aprimorado ao longo dos anos, tendo a reforma trabalhista de 2017 conferido a sua redação atual.

## [TRT-3 valida prazo estabelecido em medida provisória rejeitada pelo Senado](#)

Consultor Jurídico - 10/10/2023

As medidas provisórias perderão eficácia se não forem convertidas em lei no prazo de 60 dias, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes. Se tal decreto não for editado, porém, as relações jurídicas constituídas durante a vigência da MP continuarão a ser regidas por ela. Com essa fundamentação, a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) reconheceu a tempestividade de recursos administrativos interpostos por uma entidade voltada à formação profissional de estudantes em Minas Gerais e suspendeu as multas aplicadas a ela.

## [TRT-11: Sócio tem CNH e passaporte apreendidos por dívida trabalhista](#)

Migalhas - 12/10/2023

O magistrado pode e deve admitir ações de coação ou indução do devedor para cumprimento da obrigação judicial que lhe foi imposta. A partir desse entendimento, a 3ª turma do TRT da 11ª região deu provimento ao recurso de um trabalhador para autorizar a suspensão e a apreensão da CNH e do passaporte dos sócios de uma empresa de prestação de serviço terceirizado em Manaus/AM. O processo está em execução há sete anos.

## [TRT-3 determina penhora de milhas aéreas para quitar dívida trabalhista](#)

Migalhas - 11/10/2023

9ª turma do TRT da 3ª região determinou a penhora de milhas aéreas para a quitação

dos créditos trabalhistas do ex-empregado de uma construtora. Os magistrados modificaram sentença do juízo de piso após verificarem bens possíveis para pagamento do saldo remanescente.

### [Zanin cassa vínculo de emprego entre técnico de radiologia e hospital](#)

Migalhas - 10/10/2023

O ministro Cristiano Zanin, do STF, cassou decisão que reconheceu vínculo de emprego entre técnico de radiologia e hospital. Na decisão, Zanin ressaltou que a Suprema Corte entendeu ser possível a terceirização de qualquer atividade econômica. A defesa do hospital acionou o STF contra decisão do TRT da 3ª região argumentando desrespeito ao entendimento vinculante de que inexistente qualquer impedimento legal para terceirização da atividade-fim.

### [PGR pede que STF pautar licença-maternidade em união homoafetiva](#)

Migalhas - 10/10/2023

A procuradora-geral da República, Elizeta Ramos, enviou ao STF, nesta terça-feira, 10, pedido de preferência para análise de julgamento de recurso que discute a concessão de licença-maternidade à mãe não gestante, em união estável homoafetiva, cuja companheira engravidou após procedimento de fertilização. A questão é tratada no âmbito do RE 1.211.446, representativo do Tema 1.072.

### [STF: Barroso leva discussão da licença-paternidade ao plenário físico](#)

Migalhas - 09/10/2023

Pedido de destaque do ministro Luís Roberto Barroso interrompeu julgamento no plenário virtual acerca da regulamentação da licença-paternidade. Ainda sem data prevista, julgamento será levado ao plenário físico do STF. Na última quarta-feira, 4, o presidente do Supremo, ministro Luís Roberto Barroso pediu destaque na ADO 20, que julga a omissão do Legislativo na elaboração de lei para implementação da licença-paternidade.

### [Frente às rápidas mudanças no mundo do trabalho, estatísticos do trabalho reúnem-se para atualizar a medição de conceitos-chave nas estatísticas do trabalho](#)

## Organização Internacional do Trabalho - 11/10/2023

A 21ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (CIET) começou com debates importantes programados sobre a medição da informalidade, da renda, da violência e do assédio no trabalho, da migração laboral internacional, do trabalho infantil e do trabalho forçado, e de outras questões contemporâneas relacionadas com as estatísticas do trabalho.

## [Semana CANPAT Construção 2023 contou com mais de 20 entidades](#)

### Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 11/10/2023

As políticas de saúde e segurança do trabalho foram destaque durante a tradicional Semana CANPAT Construção 2023, promovida pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Nesta edição, a iniciativa reuniu mais de 20 entidades em diversas localidades do país durante o Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas | Indústria da Construção (DNSSE), que coroou as atividades, no dia 06 de outubro.

## [Dia Nacional de Segurança e Saúde reúne centenas de alunos em todo o país](#)

### Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 11/10/2023

Com a participação de centenas de alunos, o Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas | Indústria da Construção (DNSSE) encerrou, na última sexta-feira (6), a Semana CANPAT Construção 2023. O evento, promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC,) tem o objetivo de contribuir com a conscientização para a segurança dos futuros profissionais.

## Atos Normativos

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 2.163, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023](#) (DOU de 11/10/2023, Seção I Pág. 50) - Altera a Instrução Normativa RFB n° 2.043, de 12 de agosto de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais - EFD-Reinf;

[PORTARIA INTERMINISTERIAL MTE/MF N° 2, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023](#) (DOU de 11/10/2023 Seção I Extra Pág. 01) - Estabelece normas operacionais para fins de cumprimento do disposto no art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, após a transferência ao Tesouro Nacional dos valores referentes aos patrimônios acumulados do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público de que trata o § 2º do art. 239 da Constituição Federal, e dá outras providências. (Processo n° 19958.200273/2023-76);

[PORTARIA MEMP N° 55, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023](#) (DOU de 12/10/2023 Seção I Extra Pág. 01) - Define as condições para o ressarcimento pelas instituições financeiras e estabelece normas complementares para o acesso pelos mutuários da subvenção econômica em operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe de que trata o art. 1º da Medida Provisória n° 1.189, de 27 de setembro de 2023.

## Dados Estatísticos do TST

De janeiro a setembro de 2023, houve um aumento de 1,8% de casos novos em relação ao mesmo período do ano passado. Observou-se também que os julgados aumentaram 14,9%, o saldo de processos com julgamento pendente diminuiu 2,9% e houve uma redução no acervo de 4,1%.

| 2022    | JANEIRO A SETEMBRO                       | 2023    |
|---------|--|---------|
| 252.664 | Casos Novos                              | 257.141 |
| 9.387   | Recursos decorrentes do provimento do AI | 10.560  |
| 82.286  | Recursos Internos                        | 104.133 |
| 334.950 | Processos Recebidos                      | 361.274 |
| 236.474 | Distribuídos                             | 208.345 |
| 93.030  | Julgados em Sessão                       | 101.206 |
| 219.364 | Decisões Monocráticas                    | 257.838 |
| 312.394 | Processos Julgados                       | 359.044 |
| 239.898 | Baixados                                 | 270.432 |
| 593.486 | Acervo                                   | 569.385 |
| 439.542 | Pendentes de Julgamento                  | 426.591 |
| 311.752 | Conclusos ao Relator                     | 297.829 |

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST



# EXPI **EXPEDIENTE**

---

## **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*Renato de Sousa Correia*

*Presidente*

## **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Ricardo Dias Michelin*

*Vice-Presidente da CPRT*

*Gabriela Serafim*

*Gestora de Projetos da CPRT*

## **Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

## **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*